



FACULDADEPOLIS DAS ARTES
Curso de Pedagogia

Adeliane dos Santos Piassa
Brenda Tatiane de Oliveira Silva
Glaucia Dias de Almeida

LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS

Embu das Artes
2014



FACULDADEPOLIS DAS ARTES
Curso de Pedagogia

Adeliane dos Santos Piassa
Brenda Tatiane de Oliveira Silva
Glauca Dias de Almeida

LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção de Licenciatura em Pedagogia ministrado pela Faculdade Polis das Artes, sob orientação do Professor (a) Esp. Tiago Silva de Oliveira

Embu das Artes

2014

ALMEIDA, Glaucia Dias; PIASSA, Adeliane dos Santos; SILVA, Brenda Tatiane de Oliveira.

Leitura e Escrita na Educação de Jovens e Adultos / ALMEIDA, Glaucia Dias; PIASSA, Adeliane dos Santos; SILVA, Brenda Tatiane de Oliveira.
Orientação do Prof. Esp. Tiago S. de Oliveira. São Paulo: Faculdade Polis das Artes, 2014.

Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia ministrado pela Faculdade Polis das Artes.

LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Adeliane dos Santos Piassa
Brenda Tatiane de Oliveira Silva
Glauca Dias de Almeida

Área de Concentração: PEDAGOGIA

Data da Entrega: ____/____/____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Esp. Tiago S. de Oliveira
Faculdade Polis das Artes

Profa. Mestra Jane Nogueira Lima
Faculdade Polis das Artes

Profa. Mestra Maria do Carmo dos Santos Motta
Faculdade Polis das Artes

Dedicamos este trabalho a Deus, e a toda a minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus em primeiro lugar, criador dos Céus e da Terra e de tudo que nele há, sem Ele, nós não teríamos conquistado mais esta vitória.

Agradecemos nossa família, sem os quais não teríamos realizado este sonho.

Agradecemos a nossa Reitora e professora Mestre Maria do Carmo Motta, para a realização deste sonho.

Ao meu Prof. Tiago Silva, pela contribuição e compreensão na realização deste trabalho.

A todos os professores, em especial ao professor Nilton Bispo, aos colegas da turma do curso de Pedagogia, aos amigos e colegas de trabalho e a todos que de forma direta ou indireta contribuíram de maneira imensurável para a realização desta conquista.

.

Toda ciência, comparada à realidade, é primitiva e infantil.
Ainda sim, é a coisa mais preciosa que nós temos.
Albert Einstein.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1. APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO 2. PARADIGMAS DA EJA

2.1- Reflexões: Educação de Jovens e Adultos	13
2.2- Desafios do Educador na Modalidade da EJA	14
2.3- Habilidades Necessárias para o Trabalho Pedagógico na EJA	16

CAPÍTULO 3. EJA: OS AVANÇOS E DIREITOS CONQUISTADOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

3.1- Metodologia para a Educação de Adultos	24
---	----

CAPÍTULO 4. ANDRAGOGIA

CAPÍTULO 5. A PESQUISA DE CAMPO

5.1- Os Pontos Fortes do Ensino da EJA	31
5.2- O Educador da EJA	33
5.3- Desafios da EJA	33

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
---------------------------	----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36
---------------------------------	----

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<i>Ilustração 1</i> –	29
<i>Ilustração 2</i> –	30
<i>Ilustração 3</i> –	31

RESUMO

A EJA (educação de jovens e adultos) vem ampliando e integrando no processo educativo desenvolvido em várias dimensões, do trabalho das práticas sociais a do conhecimento da construção da cidadania e do confronto dos problemas coletivos, proporcionando o acesso aos conhecimentos socialmente adquiridos sendo o patrimônio da humanidade. Possibilitando o educando a ler, escrever e compreender.

Palavras-chave: Educação, Cidadania, Práticas Sociais.

ABSTRACT

The EJA (youth and adult education) has been expanding and integrating the educational process developed in several dimensions of the work of the social practices of knowledge construction of citizenship and collective confrontation of problems, providing access to knowledge being socially acquired equity mankind. Enabling the student to read, write and understand.

Keywords: Education, Citizenship, Social Practices.

INTRODUÇÃO

A E.J.A (Educação de Jovens e Adultos) ocorreu no Brasil no século XX, para o desenvolvimento de formação do cidadão de baixa renda com atraso escolar ou que estivesse fora da escola, uma vez que as oportunidades eram somente acessíveis para quem tinha condições, não atendendo a minoria da população que não tinham recursos financeiros.

O direito das pessoas jovens e adultas ao ensino foi reafirmado na Lei e Diretrizes e Bases da educação Nacional Lei 9.394 de 1996 (LDB), na qual foi reconhecido como modalidade da educação básica, apropriada as necessidades e condições peculiares desse grupo.

Na busca da construção de uma política pública para a educação de jovens e adultos no país, a Secretaria de Educação desenvolve um plano estratégico para articular com a sociedade, na perspectiva da efetivação do direito a educação de jovens e adultos a fim de qualificá-los para o mercado de trabalho e exercício pleno de sua cidadania. Deve ser um norteador das políticas públicas dessa modalidade para os próximos anos, assegurando as ações fundamentais para garantir o acesso, permanência e qualidade social do processo educativo. Esse Plano (E.J.A.) deve ser discutido e legitimado pelo maior número possível de gestores Municipais e Estaduais e pelos diferentes setores, sujeitos e movimentos sociais envolvidos com alfabetização e educação de jovens e adultos.

CAPÍTULO 1

APRESENTAÇÃO

Um dos motivos que nos levou a essa investigação que envolve a metodologia de ensino da EJA, é tentar saber as dificuldades da clientela. Sendo assim cabe aos pedagogos uma responsabilidade investigativa para atingir os objetivos em relação à educação no Brasil e em nossa sociedade. Verificando as práticas pedagógicas, buscando compreensão da trajetória da EJA no Brasil, das diretrizes curriculares e da Legislação Educacional e da formação dos profissionais nessa modalidade de ensino, chegando a resultados positivos quanto a esse trabalho específico da EJA.

CAPÍTULO 2

PARADIGMAS DA EJA

O professor da EJA deve estar apto para lidar com diversos desafios capacitando os alunos que estiveram muito tempo fora da escola, participantes heterogêneas, diversidades culturais, sociais, etc. No que se refere a formação de educadores de jovens e adultos, especificamente, podemos dizer que não contempla só os saberes. Podemos dizer que o formador, supõe contemplar também a compreensão das necessidades, características e especificidades da educação de jovens e adultos. E, para nós este é o grande desafio.

2.1-REFLEXÕES: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Destacamos a relevância dessa pesquisa tendo em vista que o programa de alfabetização de jovens e adultos tem a finalidade de atender a um público que não pode ou não consegue se matricular nas escolas regulares, por se sentirem constrangidos ou incapazes de freqüentar as instituições escolares ou, por não dispor de escola em locais de fácil acesso.

Com isso, os alunos chegam à escola com grandes necessidades. Sabemos que tal situação, para ser resolvida, depende de nosso esforço. É fundamental fornecer a esses alunos o embasamento escolar necessário à formação e ao novo perfil exigido pelo mercado de trabalho público e privado, preparando esses educando para o exercício de sua cidadania viabilizando o seu crescimento pessoal e profissional e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

É importante lembrar que o trabalho realizado pelo professor e seus alunos, não se deve restringir a um único material, esse é um dos subsídios que disponibilizamos, porém as experiências e vivências dos alunos adultos é um dos mais ricos subsídios, não devemos ignorá-los no dia a dia, além de diversos outros textos.

A leitura e a escrita esta presente em nosso cotidiano, e o uso efetivo dessa linguagem exige muito das pessoas. E em muitas situações precisamos saber, pois deparamos com situações de fala apoiadas em textos escritos, no qual precisamos dialogar e debater certas situações, e se o individuo não tiver estímulos para essa aprendizagem fica muito difícil o convívio na sociedade. Além disso, a linguagem escrita é um instrumento cultural, o qual leva o cidadão a estabelecer relações.

Cada um precisa saber registrar seus conhecimentos para o mundo. E sem o aprendizagem não consegue ter o domínio da linguagem , e com isso acaba afetando a forma de se expressar.

Pesquisas indicam que no Brasil existe uma grande parte de pessoas que não sabem ler e escrever, e muitas delas por falta de oportunidades. Por essa razão a EJA tem um papel importante na nossa sociedade, o qual todos podem ter acesso, independente das suas condições sociais.

Temos que considerar que é um dever do Estado, trazer a população esse benefício, o qual garante em legislação específica que cada cidadão tenha direito de aprender, bem como a própria Constituição Federal promulgada em 1988.

Algum tempo atrás para serem considerado alfabetizado o cidadão precisariam dominar o código da escrita, mas nos dias de hoje a exigência é maior, precisa saber se comunicar por meios da escrita, oratória com capacidades nas habilidades e competências inerentes a comunicação. E dentro da alfabetização sofre mudanças constantemente, e leva a ter mais exigências. Um exemplo é a inovação da tecnologia, onde a linguagem escrita é exigida para avançar seus conhecimentos, com exceção no manuseio desestruturado da linguagem dos internautas. Porém são saberes necessários para ser explorado em toda a vida.

2.2- DESAFIOS DO EDUCADOR NA MODALIDADE DA EJA

Na reflexão sobre a formação inicial do educador de jovens e adultos, observamos que a preocupação não tem adquirido a devida atenção. Numa primeira análise sobre a educação de jovens e adultos, com o intuito de conceder uma retrospectiva histórica, podemos inferir que surgiram alguns avanços, porém problemas simples e básicos continuam os mesmos, pois se

verifica que a proposta pedagógica ainda não é concreta e há educadores dessa modalidade de ensino que não agregam proximidade a essa realidade.

A escola não é a única responsável pela formação do educando, e no interior dela que se pode se aproximar do conhecimento, a educação tem como ponto principal, o encontro de ideias para desenvolver a facilidade de tomar decisões na sociedade que vive.

O educador por sua vez na prática da EJA tem papel essencial, pois terá um olhar diferenciado com metodologias e com as características específicas dos segmentos escolares em questão, em termos práticos e fundamentais para que o educando tenha avanços escolares aplicados em seu dia a dia .

No entanto se nota que alguns educadores seguem procedimentos do ensino tradicional, desconsiderando as necessidades específicas dos alunos da EJA, elevando a dificuldade e a evasão dos discentes, não dando respostas compatíveis e expectativas desse público por continua com a aplicação dos velhos métodos do ensino tradicional.

Arroyo (2005) destaca três fronteiras de ação, sendo elas conhecer quem são os jovens e adultos, recontar a história tensa e fecundas da EJA e repor a relação entre EJA e outras modalidades de educação básica

A identidade de alguns educadores não se mostra claramente definida, se encontra em processo de construção. A falta de preparo de alguns docentes de refletir suas ações educativas, acabando usando a mesma pedagogia educacional para alunos de nível fundamental e ensino médio, sem as devidas adequações a modalidade vigente.

A EJA requer uma preparação que na maioria das vezes, se torna ignorada por algumas Instituições formadoras de professores, negligenciando suas obrigatoriedades de ofertar a exploração da EJA nos seus mais ímpetos conceituais, a fim de conceder suporte ao discente que irá se deparar com o ensino da modalidade. As adaptações das ações pedagógicas, plano de ensino, curso se faz necessária para atender uma premissa básica e

consistente da formação integral do cidadão, inclusiva para aqueles que não tiveram oportunidades por diversos fatores.

Através de uma coerente formação profissional da EJA, se torna um dos principais fatores para auxiliar um processo adequado que ofereça qualidade da educação, daqueles educando que buscam oportunidades de ampliar, sua participação na sociedade como cidadão ativo e consciente de seus direitos e deveres, tornando processos fundamentais para o desenvolvimento no Brasil .

2.3 HABILIDADES NECESSARIAS PARA O TRABALHO PEDAGOGICO NA EJA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino garantida por Lei, voltada para os indivíduos que, em função de alguma razão, acabaram não concluindo os estudos na época adequada. Trata-se de uma forma de resgatar o direito à educação às pessoas que dela foram excluídos. Entretanto, as políticas educacionais governamentais ainda precisam melhorar no que diz respeito à garantia desse direito, seja na oferta da modalidade de ensino, plano de ação para formação aos educadores em atender a especificidade da EJA, incentivo aos docentes, entre tantos outros.

A Educação de Jovens e Adultos obteve maior atenção a partir da década de 30, em função das políticas educacionais do Governo Federal que atribuíram maior relevância à educação elementar (RIBEIRO, 1997).

Em 1940, a alfabetização no Brasil passava a ser tratada como um problema nacional. No final da década, começava a despontar diversos movimentos voltados para educação de adultos e educação popular. No entanto, o golpe de 64 enfraquece tais debates educacionais, que só voltam a se reafirmar com a abertura política dos anos 80 (RIBEIRO, 1997).

Com a Constituição Federal de 1988, os deveres do Estado com respeito à EJA foram ampliados, e o ensino fundamental se tornou obrigatório e gratuito para todos, incluindo a destinação de recursos para a erradicação do analfabetismo no Brasil (RIBEIRO, 1997).

A EJA possui muitas particularidades, sendo o trabalho pedagógico neste âmbito repleto de desafios. Nesse curso, encontramos jovens e adultos que estiveram fora da escola há vários anos, e também muitos que sequer frequentaram uma sala de aula. As idades, além do modo de vida dos indivíduos que frequentam a EJA variam bastante. Assim, considerando esse universo heterogêneo, o educador deve estar preparado para lidar com uma diversidade de histórias pessoais, culturas e identidades sociais.

Segundo Scortegagna e Oliveira (2008), é necessário possibilitar ao professor da EJA as condições de reflexão sobre sua atuação profissional, visando compreender a forma como se apresentam os problemas educacionais no âmbito prático, tendo em vista que na EJA existe uma diversidade de “situações problemáticas relacionadas ao contexto social, político e econômico que estão co-relacionados aos problemas da prática pedagógica em si” (SCORTEGAGNA e OLIVEIRA, 2008).

Entretanto, a EJA carece de políticas educacionais mais consistentes voltadas para a formação do professor. Apesar dos governos reconhecerem a importância da Educação de Jovens e Adultos, a EJA, ao longo de sua história no Brasil, vem ocupando um lugar secundário nas políticas governamentais. Isso se reflete na própria formação do professor para a Educação de Jovens e Adultos, que é praticamente inexistente. A EJA não requer formação específica para seus professores. Na prática, qualquer professor do ensino fundamental pode atuar na educação de jovens e adultos, ficando a cargo do próprio educador a busca por sua formação. Além disso, a EJA contempla um conjunto de práticas educacionais dispersas e fragmentadas.

Muitos autores têm destacado que as instituições formadoras dos professores e as escolas devem afirmar seu compromisso com a capacitação e atualização do professor da EJA, que requer uma formação específica (RIBEIRO, 1997).

Rumert e Ventura (2007) sublinham que a EJA apresenta uma educação política e pedagógica pouco consistente, seu ensino é superficial e não socializa realmente as bases do conhecimento.

Na EJA, os alunos são marcados por "carências" sócio-econômicas, culturais, materiais. Muitos ainda enfrentam adversidades sociais e preconceitos voltados ao "analfabeto", num mundo letrado e que se torna cada vez mais complexo.

Vários motivos que levam os jovens e adultos à escola referem-se ao desenvolvimento de seu auto-valor, à afirmação de sua dignidade. Procuram não só um emprego melhor, mas também entender melhor o mundo, expressar-se melhor, ser menos dependente dos outros (RIBEIRO, 1997).

Nesse sentido, é importante considerar que o valor que a escola pode ter para esses jovens e adultos vai muito além da simples aquisição de conhecimentos. Como observa Ribeiro (1997), ao refletirem sobre suas experiências em programas de educação fundamental, muitos jovens e adultos abordam conquistas como, maior segurança social, perda do constrangimento de falar, encontro de novos amigos e de pessoas diferentes. Enfim, a escola apresenta um papel importante no que diz respeito à auto-imagem e sociabilidade desses alunos (RIBEIRO, 1997).

Portanto, é fundamental a atitude do educador de afirmação do potencial e autonomia dos alunos, sabendo valorizar o conhecimento que esses indivíduos trazem de seu cotidiano, sua cultura e seu universo de trabalho,

estabelecendo um intercâmbio entre esses saberes e os conhecimentos escolares. Trata-se de um princípio pedagógico já bastante reconhecido entre os que atuam com educação básica de adultos, que é o da incorporação da cultura e da realidade de vida dos alunos como forma de tratamento dos conteúdos (RIBEIRO, 1997).

Esse princípio é contemplado na própria proposta curricular da educação de jovens e adultos:

Na reflexão pedagógica sobre essa modalidade educativa, tem especial relevância a consideração de suas dimensões social, ética e política. O ideário da Educação Popular, referência importante na área, destaca o valor educativo do diálogo e da participação, a consideração do educando como sujeito portador de saberes, que devem ser reconhecidos (RIBEIRO, 1997 p. 13).

Nessa perspectiva, ao retratarmos a EJA, é fundamental reportar às concepções educacionais de Paulo Freire (1921-1997), que oferece muitos elementos para uma educação de jovens e adultos com qualidade. O pensamento pedagógico de Paulo Freire (1921-1997), assim como sua proposta para a alfabetização de adultos, inspiraram os principais programas de alfabetização e educação popular que se realizaram no país no início dos anos 60. Esses programas foram empreendidos por intelectuais, estudantes e católicos engajados numa ação política junto aos grupos populares (RIBEIRO, 1997).

Freire (1921-1997) elaborou uma “proposta de alfabetização de adultos conscientizadora, cujo princípio básico pode ser traduzido numa frase sua que ficou célebre: “*A leitura do mundo precede a leitura da palavra*” (RIBEIRO, 1997, p.24). Freire (1921-1997) sublinha a importância de se considerar o alfabetizando como sujeito de seu saber, e de se construir um trabalho educacional voltado para a autonomia dos sujeitos, dialogando com os diversos tipos de saberes trazidos pelos educandos.

Infelizmente, a prática pedagógica na EJA acaba se distanciando muito dessa concepção pedagógica, havendo, portanto, um longo caminho a ser percorrido para que a educação de jovens e adultos se consolide como um espaço pedagógico realmente comprometido com a formação da autonomia dos sujeitos. Nessa modalidade de ensino, acaba prevalecendo aquilo que Paulo Freire (1921-1997) chamava de “educação bancária”, o qual o educando acaba sendo um mero receptáculo das informações transmitidas pelo professor, desconsiderando-se toda sua história pessoal e cultural. Freire (1921-1997) afirma que “...a narração, de que o educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em ‘vasilhas’, em recipientes a serem ‘enchidos’ pelo educador”.

Feitas essas considerações gerais sobre a EJA, passaremos, agora, a discutir alguns aspectos referentes ao ensino da leitura e escrita na EJA, tentando analisar como essa prática pode ser transformada no sentido de proporcionar uma educação comprometida com a formação de sujeitos críticos e autônomos.

CAPÍTULO 3

EJA: OS AVANÇOS E DIREITOS CONQUISTADOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Segundo a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos homologada em 1948, na construção do direito à educação, na

reflexão no consenso internacional com respeito ao privilégio que não se pode transferir. É garantido a todo cidadão acesso ao ensino elementar.

Podemos verificar conforme prevê o Artigo 26° da Declaração Universal dos Direitos Humanos

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuito, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
2. A instrução será orientado no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
3. Os pais tem prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrado a seus filhos.

A educação de jovens e adultos é toda educação destinada àqueles que não tiveram oportunidades educacionais em idade própria ou que a tiveram de forma insuficiente, não conseguindo alfabetizar-se e obter os conhecimentos básicos necessários (Paiva, 1973, p. 16).

Assim para que o direito seja exigido pelos cidadãos para uma educação garantida pelo poder público, é necessário sua inscrição em legislação nacional. A Constituição Federal de 1988 atendeu as necessidades da sociedade no direito dos jovens e adultos ao ensino fundamental garantindo a obrigação dos poderes públicos a sua oferta gratuita.

Com base no texto acima, podemos inferir que o direito a educação está instituído de forma universal. Nesse sentido podemos verificar que outras Leis foram criadas a partir da Declaração dos Direitos Universais de 1948. O sistema educacional brasileiro tende a aderir a organização de ensino e aprendizagem tendo em vista outros sistemas educacionais construídos ao longo de décadas em outros países desenvolvidos ou subdesenvolvidos.

Num outro aspecto, porém não menos importante, podemos verificar conforme Art. 208 da Constituição Federal de 1988 que:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional no 14/1996)

[...]

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando

O direito da Eja ao ensino foi confirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB), onde inscrito como modalidade da educação básica, se adequando às necessidades e condições e aspectos desse grupo.

DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL No 9.394, DE 1996

TÍTULO III

DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR

Art. 4º O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

[...]

VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

[...]

Art. 5º O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.

§ 1º Compete aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União:

I – recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso;

II – fazer-lhes a chamada pública;

TÍTULO V

DOS NÍVEIS E DAS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO

CAPÍTULO II Da Educação Básica

Seção V

Da Educação de Jovens e Adultos

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I – no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II – no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Prevendo assim oportunidades educacionais coerente às suas características, aspectos e interesses, garantindo uma formação integral promovendo o exercício crítico da cidadania.

3.1- METODOLOGIA PARA A EDUCAÇÃO DE ADULTOS

A metodologia em si, tem passado por mudanças em busca de melhorias, uma vez que o adulto se vê infantilizado, sendo a mesma utilizada para crianças.

Início então, com Cagliari (1998, p. 13) que esclarece:

Estudando atentamente os sistemas de escrita, percebe-se que quem os inventou sempre teve a preocupação de fornecer a chave da decifração juntamente com o próprio sistema. Os sistemas de escrita nunca tiveram nada de muito estranho ou misterioso em si, pelo contrário, sempre foram simples e práticos. Por essa razão, ensinar as novas gerações a usar o sistema de escrita sempre foi uma tarefa fácil de certa forma banal.

Segundo Cagliari, registra que é fácil ensinar o sistema de escrita para as “novas gerações”, mas e os adultos de EJA? Com sua experiência de vida, não tem a mesma facilidade que um jovem ou uma criança. E por isso é preciso que insira uma nova metodologia para inserir os adultos no mundo da alfabetização. Conforme Oliveira (2007, p.88):

Alguns dos problemas que enfrentamos nas escolas e classes decorrem exatamente dessa organização curricular que separa a pessoa que vive e aprende no mundo daquela que deve aprender e apreender os conteúdos escolares. No caso da EJA, um outro agravante se interpõe e se relaciona com o fato de que a idade e vivências social e cultural dos educandos são ignoradas, mantendo-se nestas propostas a lógica infantil dos currículos destinados às crianças que frequentam a escola regular.

Sabemos que para ensinar uma criança, é como uma planta, basta jogar a semente e regar para que ela produza. Já com os adultos acaba sendo mais dificultoso, é como se tivesse apenas pedras no jardim. O adulto já vem com uma bagagem construída, juntando com seu medo de fracassar. Assim é preciso mostrar que são capazes de aprender e efetiva-lós na pratica de alfabetização. Segue abaixo alguns dos objetivos:

- ✓ Entender e compreender as dificuldades apresentadas pelos alunos, especialmente os que apresentam idade mais avançada.
- ✓ Buscar a articulação entre os diferentes envolvidos na construção da educação de jovens e adultos.
- ✓ Ampliar as competências e habilidades envolvidas nos textos orais e escritas, em situações de que a fala e a escrita e a percepção do aluno.
- ✓ Reduzir a distância entre os alunos e a palavra para que possam compreender o discurso do outro, interpretar diferentes pontos de vista, comparando e criando um pensamento crítico sobre o mundo e a sociedade onde está inserido.

CAPÍTULO 4

ANDRAGOGIA

Apesar de toda a exigência e urgência do ensino para adulto, ainda precisa de mais estudos a respeito da Andragogia, pois corresponde à ciência

que estuda as práticas para orientar os adultos na aprendizagem, conforme as suas necessidades.

A Andragogia é baseada nos seguintes princípios:

- ✓ Na necessidade de saber, no autoconceito do aprender, no papel das experiências, na prontidão para aprender, na orientação para a aprendizagem e na motivação.
- ✓ A aprendizagem tem o foco nas necessidades que cada aluno vivência, buscando as proposta de atividades onde envolve no cotidiano, onde irá ajudá-los enfrentar certos problemas através de sua convivência na sociedade.
- ✓ No entanto a andragogia, segue na educação E.J.A., atuando sempre relativamente pela participação dos educandos, sendo assim, é caracterizado pela flexibilidade no processo educativo ao invés da ênfase no conteúdo.

CAPÍTULO 5

A PESQUISA DE CAMPO

Ao longo dos tempos não houve continuidade dos programas da Educação de Jovens e adultos por se tratar de uma exigência de prioridades em atender a legislação pertinente, sendo priorizados alguns segmentos da educação, como modalidade fundamental e médio como primeiros quesitos, porém há mudanças singelas que gradativamente permeia a sociedade em atender os princípios da Declaração dos Direitos Humanos de 1948.

Dessa maneira, o caminho da EJA segue em nosso país até os dias de hoje, há obstáculos que foram alcançados, porém ainda há muito que se fazer.

Sendo assim não deixando acomodar com relação aos avanços já pré , necessitando observar novos caminhos na busca de total erradicação educação ,ela sendo um direito a todos.

Professora: Luzia Alessandra

Matéria: Língua Portuguesa e Inglesa – Ensino Fundamental II, Ensino Médio e EJA

Como é, e o que é a Educação de jovens e Adultos?

Conhecer aquilo que perpassa todos os níveis da Educação Básica do país e transmitir de forma eficaz os conhecimentos, em suas diversas maneira, e deveria ser antes de tudo, o ponto culminante do ensino. Mas esta é uma realidade ainda a ser alcançada, já que muitos educandos visam alcançar o conhecimento através da EJA.

Cujo objetivo é permitir que pessoas adultas, que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola, ou não conseguiram acompanhar uma grade mais complexa, que possam garantir a aprendizagem ou construir conhecimento.

No entanto, este ato constituiu algumas dificuldades, pois é preciso adequar os conteúdos a realidade dos educandos. Saber agregar as informações pertinentes do dia a dia que é fundamental as ações educacionais, numa perspectiva que de ênfases ao ensino aprendizagem. Já que a realidade pedagógica, que transpassa os limites de alfabetização.

Antes esse é um processo de crescimentos, pois é como oferecer á uma criança alimento solido, fazendo caminhos opostos. Outro ponto culminante no ensino para a EJA é a dificuldade de se impor com pessoas de bem com mais idade que você, pois por diversas vezes, os próprios educandos

se acham no direito de serem respeitados por sua idade, mas ainda sabendo que o respeito deve ser mútuo e contínuo

No município de Embú das Artes, localizado na grande São Paulo, fizemos algumas pesquisas situadas na Escola Municipal Valdelice, onde podemos verificar que há um projeto chamado MOVA, onde trabalham com jovens e adultos. Abaixo algumas fotos das atividades desenvolvidas pelos alunos.

Ilustração 1

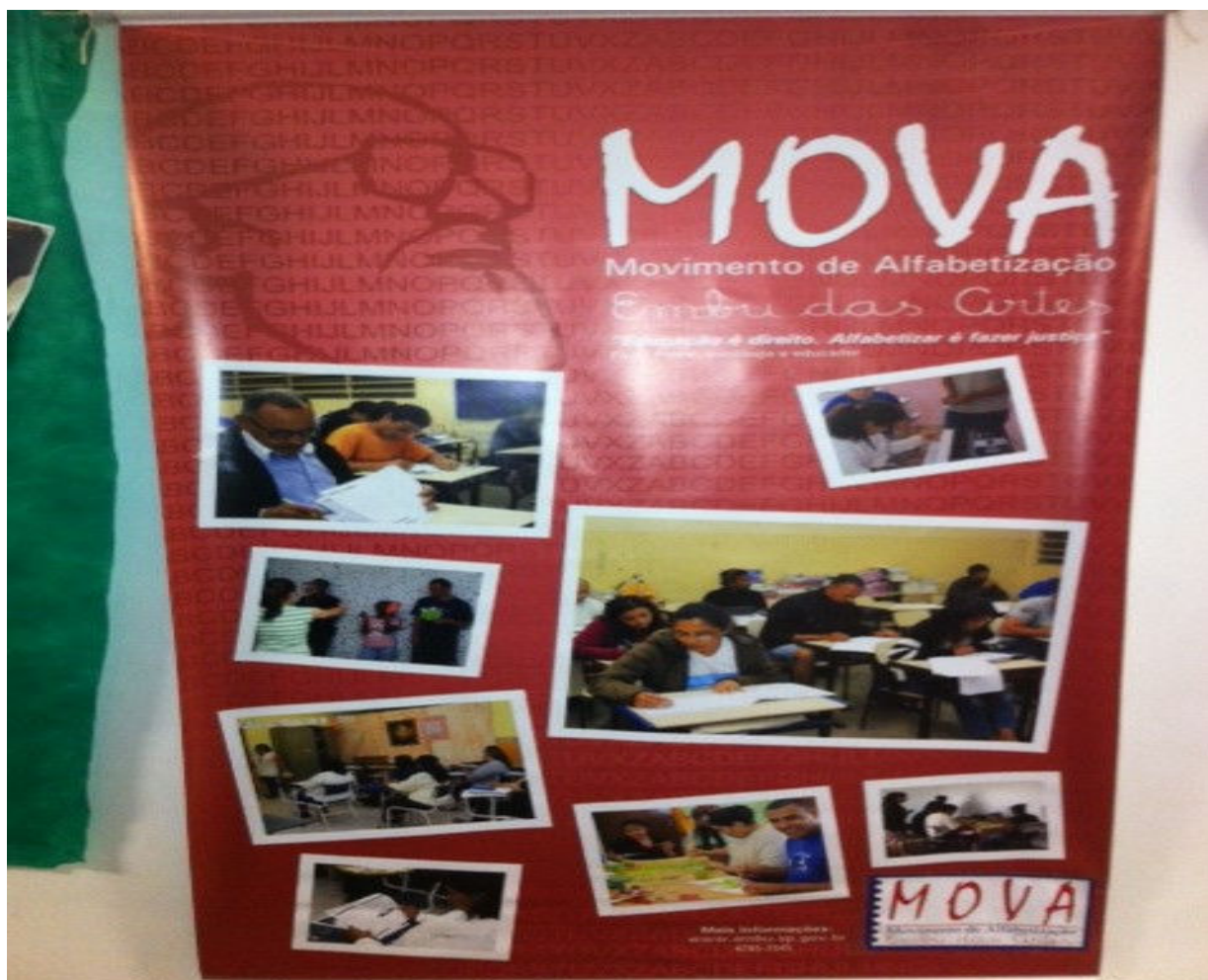


Imagem própria

Ilustração 2



Imagem própria

Ilustração 3



Imagem própria

5.1 OS PONTOS FORTES DO ENSINO DA EJA

Quando se leciona para adultos, a realidade do querer-aprender é bem diferente. Pois o desejo maior é o de se preparar o trabalho e de ter autonomia e provavelmente de se dar bem profissionalmente. Nestes casos, a abordagem metodológica não deve ser desenvolvida com os mesmos parâmetros utilizados para se trabalhar com crianças. Um adulto que retoma a vida escolar certamente não se interessará pelas mesmas atividades abordadas para um aluno infantil de série correspondendo. Daí a necessidade de abordar conteúdos equivalentes, mas com uma linguagem adulta e que vá ao encontro daquilo que esse educando deseja.

A educação é o maior e melhor instrumento gestor de mudanças, através dela o homem consegue compreender melhor a si mesmo ao mundo em que vive. Dessa forma, a própria educação deve ser a primeira a aceitar e a acompanhar o desenvolvimento e suas especificidades, ou seja, renovar e promover a interação.

Como citado anteriormente, a situação é que o adulto que procura a escola não quer apenas aprender a ler e escrever, ele quer e necessita é de atualização com o contexto social em que vive e faz parte.

De acordo com a lei 9394\96 art 37, a educação de jovens e adultos, deverá articular-se preferencialmente, com a educação profissional, na forma de regulamentação, assim se isto realmente acontecesse (previsto em lei), teríamos muito mais jovens dentro das escolas. E uma vez que o desemprego é uma realidade a busca pelo ensino profissionalizante e técnico, aumenta significativamente. Pois se busca um emprego, mas falta qualificação e oportunidades, principalmente a de se concluir a educação básica, e ter parcial domínio de novas tecnologias.

Em suma o importante é que se pense no conceito da EJA, como aplicá-lo, em se querer ler e a vontade de aprender, que certamente eles têm só que de uma maneira mais ampla, as características de quem já tem experiência de vida, que necessita bem mais que a própria escrita e leitura convencional, esse educando necessita acima de tudo ler as entrelinhas impostas pela problemática de ser e estar plenamente exercendo sua cidadania.

5.2- O EDUCADOR DA EJA

Analisando o desempenho adquirido pelo profissional pedagógico e levando em consideração não apenas sua atuação em sala de aula, mas as condições físicas onde desenvolvem sua atuação, o material pedagógico disponível para tal finalidade, para capacitar os profissionais envolvidos, podemos perceber com a pesquisa desenvolvida que há uma grande necessidade com relação à horas/aula oferecidas aos alunos, assim como, os desafios dos professores de desenvolver seu plano de aula, uma vez que o material disponível não leva em consideração as necessidades da EJA.

Notamos que alguns professores da EJA possuem certa dificuldade para alcançarem os objetivos da alfabetização dos alunos, no qual muitas vezes percebemos em suas pesquisas, sendo claro que para aprender a ler e escrever necessita passar horas elaborando exercícios, não percebendo que o diálogo envolve uma aprendizagem considerável no ato da escrita.

5.3-DESAFIO DA EJA

Procurar fazer a diferença em sala de aula, saindo do comodismo a educação se encontra, não esperando que alguns dos políticos percebam o quanto é importante que a educação seja levada a sério, não culpando unicamente no sistema de governo. No entanto é preciso alcançar na educação brasileira um patamar cujo objetivo é permitir que os alunos não apenas aprendam ler ou escrever, e sim fazer cálculos matemáticos e que sejam capazes de perceber a lógica nos números, a ler o mundo, e a opinar de forma convincente e coerente, de construir crítica construtiva. Ampliando o conhecimento básico da educação nos traga novas perspectiva só assim

conseguiremos ter uma universidade capaz de abrir o processo de conhecimento ao mercado de trabalho e profissionais realmente capacitados.

Como citado anteriormente, todo conhecimento que nos adquirimos torna melhores como seres humanos. Com isso é de suma importância que a trajetória de uma Universidade contribua para isso. Temos percepção de fatores psicológicos, sociológicos, filosóficos que nos auxiliam a entendermos as pessoas melhores, e consequentemente temos melhor entendimento do mundo que vivemos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições de ensino superior formadoras de educadores devem afirmar seu compromisso com a capacitação e atualização do professor da EJA, que necessita de uma formação específica. É necessário investimentos governamentais na formação docentes para essa especialidade, pois como pudemos destacar, tem ficado a cargo do próprio educador a busca por sua formação nessa modalidade de ensino. Dada a persistência e a escala do desafio da alfabetização redobremos os esforços de alfabetização relevante e adaptada as necessidades dos educandos e que conduza a obtenção de conhecimentos, capacidades e competências funcionais e sustentáveis pelos participantes para que continuem a aprender ao longo da vida, tendo seu desempenho reconhecido por meio de métodos e instrumentos de avaliação adequados.

O reconhecimento e o respeito aos direitos educativos dos jovens e adultos previstos na legislação implicam responsabilidades dos governos em assegurá-los, mediante uma oferta pública diversificada e qualificada de oportunidades de alfabetização e de estudos no ensino fundamental, na educação profissional e em outros níveis e modalidades de formação. O professor, nesse processo deve ocupar seu espaço político, fazer valer o seus direitos considerar a formação como ato político, valorizando, assim, também a EJA, para que ela seja vista na escola como depositária do fracasso escolar.

Entretanto, as experiências mencionadas demonstram que a história recente das políticas e programas de alfabetização de jovens e adultos no Brasil, oferecendo muitas lições que podem e devem ser consideradas na tomada de decisões, conformando conhecimentos a partir do qual é possível alcançar na direção da democracia de oportunidades educacionais de qualidade pra todos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Educação de jovens e adultos: Um campo de direitos e responsabilidades pública**, Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BRASIL. **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: Lições da prática** – Brasília: UNESCO, 2008.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>
Acesso em: 20 out 2014

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o bá – bé – bi – bó- bú**. São Paulo: Scipione, 1998.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez; 2008

_____. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991

_____. **Política e educação: ensaios**. São Paulo: Cortez, 1993

MACHADO, Maria Margarida (Org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Brasília: UNESCO, 2008.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1973.

RIBEIRO, V. M. M. (coord). Educação de jovens e adultos: **Proposta curricular para o 1º segmento de ensino fundamental**. São Paulo/ Brasília: Ação Educativa, 1997.

RUMMERT, S. M.; VENTURA, J P. Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: **a permanente (re) construção da subalternidade – considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola**. Educar. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

SCORTEGAGNA, P A; OLIVEIRA, R C da S. A formação do professor da Educação de Jovens e Adultos: **um processo contínuo e reflexivo**. Dialogia, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 77-84, 2008. Disponível em <http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/dialogia/dialogia_v7n1/dialogia_v7n1_4e13.pdf> Acesso em: 12 set 2014